

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.

NA QUALIDADE DE VENDEDORA

E

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

NA QUALIDADE DE COMPRADORA

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	10
CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA	10
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA	11
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS	12
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA	15
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	18
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO	22
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	24
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS	25
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS	29
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS	32
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO	34
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	37
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	39
CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO	43
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	47
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	48
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	49
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO	50
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES	50
CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS	51
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES	54
ANEXO I – PONTOS DE ENTREGA	55
ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA	56

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA
DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI
CELEBRAM ORIGEM ENERGIA
ALAGOAS S.A. E COMPANHIA DE
GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**

Pelo presente instrumento,

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A., sociedade com sede na Rua Mena Barreto nº 120, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22271-100, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 34.186.669/0001-31, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de vendedora, doravante denominada “VENDEDORA” e

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS, sociedade com sede na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.810-012, inscrita no CNPJ sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de compradora, doravante denominada “COMPRADORA”.

Também denominadas, isoladamente, “PARTE” e, em conjunto, “PARTES” e

CONSIDERANDO QUE:

- conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado, na forma da LEI;
- conforme contrato de concessão firmado em 06/12/1993, a COMPRADORA é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado da Bahia;
- a COMPRADORA, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- a VENDEDORA deseja vender e entregar à COMPRADORA gás natural, e a COMPRADORA deseja comprar e receber o referido gás da VENDEDORA, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- a VENDEDORA é concessionária autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para a exploração e produção de petróleo e gás natural;

- a compra e venda de gás natural objeto deste CONTRATO não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo terceiro do art. 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1. Sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as seguintes definições:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa cada período que:

- para o primeiro ANO, começará no DIA do INÍCIO DE FORNECIMENTO e terminará no último DIA do mês de dezembro do ano em questão;
- para cada ANO sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano;
- para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de petróleo e gás, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.4.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.4.3.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.4.3(i).

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa este Contrato de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos.

CONTRATOS DE CONCESSÃO DE E&P: significam os contratos de concessão, seus anexos e termos aditivos celebrados entre a VENDEDORA e a ANP.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de

débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

ENCARGO DE CAPACIDADE (EC): significa a remuneração mínima mensal devida à VENDEDORA, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS disponibilizada à COMPRADORA, na forma do item 7.1.1. Tal remuneração será faturada na forma do item 13.2.1 e subitens.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.8.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 0.

FALHA DE FORNECIMENTO OU FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS em quaisquer dos PONTOS DE ENTREGA; e
- (b) cumulativamente, recusa e não recebimento pela COMPRADORA de GÁS em desconformidade com as especificações contidas na CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS e observado o procedimento ali disposto.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (b) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (c) ter a COMPRADORA retirado o GÁS em desconformidade na forma do item 11.7(c) ou (e);
- (d) descumprimento pela COMPRADORA das condições de entrega estabelecidas no item 9.3; ou
- (e) ser o fato atribuído a falhas no serviço de transporte não causadas diretamente pela VENDEDORA, aplicando-se nesta hipótese o disposto nos itens 5.1.3 e 5.1.4.
- (f) situações de PARADAS PROGRAMADAS.

FECHAMENTO DO SPA: significa a data de fechamento prevista no Contrato de Compra de Venda de Ativos celebrado entre a VENDEDORA e a PETROBRAS relacionado ao POLO ALAGOAS, resultando na efetiva cessão dos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE E&P para a VENDEDORA, nos termos e condições lá estabelecidos.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do presente CONTRATO,

composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

GTA: significa o(s) Contrato(s) de Serviço de Transporte a ser(em) celebrado(s) entre a VENDEDORA e/ou COMPRADORA com a TAG, conforme disposto no item 3.2.1.

INÍCIO DE FORNECIMENTO: significa a data definida nos termos do item 3.2.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significam as LEIS estabelecidas no item 21.2.

MEDIAÇÃO: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. "MENSALMENTE" será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL: significa a modalidade de fornecimento de GÁS na qual, a pedido da COMPRADORA, a VENDEDORA se obriga a fornecer GÁS, até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

PARADA PROGRAMADA: significa a situação transitória que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme descrito na CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente ao transporte contida no PREÇO DO GÁS (PG).

PARTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERITAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

PERITO: significa a pessoa designada, conforme o item 16.3 e seus subitens, para dirimir as controvérsias submetidas à PERITAGEM.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO de GÁS);

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

POLO ALAGOAS: significa o conjunto das áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural dos CONTRATOS DE CONCESSÃO DE E&P, situados no Estado de Alagoas, que compreende os campos de Anambé, Arapaçu, Cidade de São Miguel dos Campos, Furado, Paru, Pilar e São Miguel dos Campos, assim como suas instalações integradas de escoamento, tratamento e transferência.

PONTO DE ENTREGA: consiste nas instalações necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais incluindo o SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade da VENDEDORA ou do transportador por ela contratado.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

PREÇO PISO: significa o valor limite inferior do PREÇO DO GÁS (PG), calculado e reajustado conforme alínea (a) do item 5.1.6.

PREÇO TETO: significa o valor limite superior do PREÇO DO GÁS (PG), calculado e reajustado conforme alínea (b) do item 5.1.6.

PRESSÃO DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do PONTO DE ENTREGA.

PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO: significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela COMPRADORA, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao PONTO DE ENTREGA em questão, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica máxima de

operação em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas condições de entrega.

PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO: significa a pressão manométrica mínima de operação em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido nas condições de entrega.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA, que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente colocada pela VENDEDORA à disposição da COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA, em um determinado DIA, apurada conforme item 6.3.1.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA, que atenda às condições, limites e prazos previstos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA em cada PONTO DE ENTREGA em determinado DIA, calculada de acordo com o item 10.3.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, em cada PONTO DE ENTREGA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.

QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa o volume de gás, expresso em METROS CÚBICOS, apurado em determinado período no SISTEMA DE MEDIÇÃO de cada PONTO DE ENTREGA.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.1.2.2.

QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR): significa o saldo de QUANTIDADE DE GÁS acumulado pela COMPRADORA em decorrência de pagamentos efetuados à VENDEDORA de QUANTIDADES NÃO RETIRADAS.

QUANTIDADE RECUPERADA (QR): significa a QUANTIDADE DE GÁS recuperada

pela COMPRADORA do remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS, na forma do item 7.1.2.5.

RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do GÁS da COMPRADORA na forma do item 7.1.2. O valor do RMM será faturado na forma do item 13.2, sendo recuperável na forma do item 7.1.2.5 e seus subitens.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizado no PONTO DE ENTREGA.

TAG: significa a empresa Transportadora Associada de Gás S.A.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.4.3(ii).

VAZÃO MÁXIMA INSTANTÂNEA: significa a vazão máxima instantânea em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

VAZÃO MÍNIMA INSTANTÂNEA: significa a vazão máxima instantânea em cada PONTO DE ENTREGA, conforme definido no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto deste CONTRATO é a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL produzido a partir do POLO ALAGOAS, segundo as condições estipuladas nesse CONTRATO.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá em 31/12/2026.

3.2. O INÍCIO DE FORNECIMENTO ocorrerá a partir do dia 01/01/2022, para todos os efeitos deste CONTRATO, sujeito aos termos do item 3.2.1.

3.2.1. As PARTES deverão renegociar uma nova data para INÍCIO DE FORNECIMENTO, de comum acordo, mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO, caso em até 15 (quinze) DIAS antes da data prevista para o INÍCIO DE FORNECIMENTO as PARTES não tenham celebrado Contrato(s) de Serviço de Transporte (“GTA”) com capacidade compatível com a QDC expressa no item 4.1 deste

CONTRATO e que viabilize a entrega do gás objeto deste CONTRATO no(s) PONTO(S) DE ENTREGA.

3.2.2. As PARTES reconhecem que durante o período de contratação do transporte sob o regime extraordinário, a VENDEDORA se responsabilizará pela contratação do serviço de saída. Quando houver a chamada pública a ser realizada pela TAG para contratação do serviço de transporte firme, a COMPRADORA se obriga a submeter à deliberação do conselho de administração a aprovação da contratação do serviço de transporte de saída para a entrega do GÁS nos PONTO(S) DE ENTREGA objeto desse CONTRATO. Caso tal matéria seja aprovada pelo conselho de administração da COMPRADORA, esta se compromete a buscar a contratação do serviço de transporte de saída e as PARTES se comprometem a ajustar o CONTRATO de forma a refletir a nova realidade. Caso tal matéria não seja aprovada no conselho, os termos e condições deste CONTRATO seguirão vigentes conforme originalmente acordados.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA

4.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), na MODALIDADE FIRME INFLEXÍVEL, será determinada de acordo com a tabela abaixo.

Período	QDC (m³/dia)
01/01/2022 a 30/06/2022	0 (zero) METROS CÚBICOS por DIA
01/07/2022 a 30/09/2022	120.000 (cento e vinte mil) METROS CÚBICOS por DIA
01/10/2022 a 31/12/2022	200.000 (duzentos mil) METROS CÚBICOS por DIA
01/01/2023 a 31/12/2023	1.000.000 (um milhão) METROS CÚBICOS por DIA
01/01/2024 a 31/12/2026	1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) METROS CÚBICOS por DIA

4.2. As PARTES poderão, em conjunto, avaliar a QDC originalmente estabelecida no CONTRATO e poderão, de comum acordo, alterar a QDC mediante a celebração de termo aditivo a este CONTRATO.

4.3. A partir da data do INÍCIO DO FORNECIMENTO, caso um ou mais usuários da COMPRADORA opte(m) pela migração para a condição de usuário livre e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) usuário(s) que optou(aram) pela condição de usuário livre tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, mediante a NOTIFICAÇÃO da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual.

4.4. Sem prejuízo do disposto no item 4.3, a COMPRADORA terá o direito de reduzir, a cada ANO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL constante do item 4.1, mediante formalização por aditivo contratual, devendo a COMPRADORA NOTIFICAR a VENDEDORA com, no mínimo, 3 (três) MESES de antecedência do início do novo ANO, desde que tais reduções acumuladas não ultrapassem o limite máximo de 25% (vinte e

cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA originalmente estabelecida no CONTRATO, conforme tabela constante do item 4.1 e desde que tal diminuição não gere quaisquer prejuízos à VENDEDORA no âmbito do GTA. As PARTES se comprometem a celebrar aditivo contratual para registrar a redução da QDC, nos termos deste item, no prazo de 90 (noventa) DIAS a contar do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

4.5. A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO até 31/12/2022, a VENDEDORA se compromete em disponibilizar para retirada da COMPRADORA qualquer volume de gás produzido no POLO ALAGOAS excedente ao volume contratado para entrega ao estado de Alagoas e aos volumes já aqui contratados. Para tais volumes, aplicar-se-ão as regras de programação relativas a quantidades ofertadas acima da QDC conforme CLÁUSULA OITAVA - PROGRAMAÇÃO.

4.5.1. Para fins do disposto no item 4.5, as PARTES concordam que a COMPRADORA somente será responsável pelos custos ou encargos de transporte (incluindo o ENCARGO DE CAPACIDADE) relativos à contratação de transporte para atendimento das entregas realizadas à COMPRADORA.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.1.1, com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), prevista no item 5.1.5, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM$$

PG	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), calculada conforme fórmula indicada no item 5.1.1, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), calculada conforme fórmula indicada no item 5.1.5, expressa em R\$/m ³ , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.1.1. A PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m³, referente aos custos de entrada e saída incorridos pela VENDEDORA, nos PONTOS DE ENTREGA definidos pela COMPRADORA, será repassada para a COMPRADORA com a tarifa definida de acordo com o resultado da chamada pública ou contrato extraordinário, sendo composta das diferentes tarifas individuais que compõem a tarifa total.

5.1.2. Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO (ou qualquer conduta da VENDEDORA que viole o GTA ou a LEI), PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, todos os custos e/ou encargos incorridos pela VENDEDORA na contratação da capacidade de transporte para atendimento do CONTRATO, incluindo, mas não se limitando à eventuais custos

decorrentes de penalidades e/ou indenizações devidas pela VENDEDORA à TAG em decorrência de atos ou fatos que à COMPRADORA tenha dado causa.

5.1.3. Durante o período em que a VENDEDORA estiver contratando o serviço de transporte de saída, nas situações em que qualquer ato ou omissão do TRANSPORTADOR ou de outros carregadores que utilizem a mesma malha de transporte, gere um prejuízo à COMPRADORA (incluindo as situações de falha no serviço de transporte, entrega de gás fora de especificação, dentre outras), a VENDEDORA tomará as medidas razoáveis para cobrar todas as compensações financeiras (indenizações, penalidades, multas) devidas pelo TRANSPORTADOR decorrentes do respectivo ato ou omissão que sejam devidas no âmbito do GTA ou com base na LEI aplicável e repassá-las à COMPRADORA. As PARTES reconhecem que eventuais limitações aos montantes indenizáveis, prazos de recebimento, limites e condições gerais previstos no GTA serão igualmente aplicáveis ao presente CONTRATO, não gerando nenhuma obrigação suplementar à VENDEDORA no sentido de indenizar montantes a maior do que efetivamente tenham sido recebidos do TRANSPORTADOR ou de qualquer carregador, conforme aplicável.

5.1.4. Caso seja instaurada qualquer controvérsia no âmbito do GTA sobre o pagamento da compensação financeira pelo TRANSPORTADOR ou carregador(es), conforme o item 5.1.3 acima: (i) a VENDEDORA manterá a COMPRADORA informada sobre todas as negociações e medidas que estejam sendo tomadas para a cobrança da compensação financeira aplicável; (ii) caso a COMPRADORA entenda que a controvérsia deva ser discutida através da propositura de uma ação judicial ou instauração de um procedimento arbitral, a VENDEDORA se compromete a seguir as instruções da COMPRADORA, sempre em conformidade com os mecanismos de resolução de controvérsias estabelecidos no GTA; (iii) as PARTES concordam que escolherão em conjunto os assessores jurídicos que representarão a VENDEDORA no procedimento arbitral ou ação judicial, conforme o caso, sendo a COMPRADORA a única responsável pelo pagamento dos honorários dos assessores, dos custos do procedimento arbitral ou ação judicial bem como de eventual honorários de sucumbência.

5.1.4.1. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos pela VENDEDORA ao transportador que opera o sistema de transporte dutoviário de gás, contratado pela VENDEDORA para atendimento deste CONTRATO, relativo à tarifa de entrada e saída. Dessa forma, as PARTES concordam que qualquer mudança no valor da tarifa de transporte de entrada e saída de GÁS no âmbito do GTA, deverá ser refletido no presente CONTRATO, notadamente no item 5.1.1, assim como mudanças em outros termos e penalidades associados ao GTA.

5.1.5. A PARCELA DE MOLÉCULA (PM), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, nos PONTOS DE ENTREGA e aplicável às QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, será calculado conforme a fórmula descrita a seguir, com ARREDONDAMENTO em quatro casas decimais.

$$PM = 10,55\% \times B_{t-1} \times \frac{TC_{t-1}}{FC}$$

Onde:

PM	É o valor da PARCELA DA MOLÉCULA, expresso em R\$/m³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
B _{t-1}	É a média trimestral dos pontos diários dos preços do <i>Europe Brent Spot Price</i> FOB (Dólares Norte-Americanos por barril) publicado pela EIA (<i>Energy Information Administration</i>) (Código: RBRTE), referentes aos meses anteriores (m-4, m-3 e m-2), em US\$/bbl.
TC	É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro MÊS do período de cálculo da aplicação do PREÇO DO GÁS (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).
FC	É o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBTU) para METROS CÚBICOS, igual a 26,8081.

5.1.6. A PARCELA DA MOLÉCULA (PM), calculada conforme o item 5.1.5, para todos os efeitos deste CONTRATO, não poderá ser inferior ao PREÇO PISO e não poderá ser superior ao PREÇO TETO, que serão calculados trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme fórmulas abaixo:

(a) $\text{PREÇO PISO} = \text{Preço Piso}_0 \times \text{TC} / \text{FC}$, onde:

PREÇO PISO é o valor referente ao PREÇO PISO, expresso em Reais por METRO CÚBICO;

Preço Piso₀ é o valor fixo inicial igual a USD 5,70 /MMBTU (cinco dólares e setenta centavos por milhão de BTU);

TC é a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro MÊS do período de cálculo da aplicação do PREÇO DO GÁS (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso);

FC é o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBTU) para METROS CÚBICOS, igual a 26,8081.

O Preço Piso₀ será corrigido anualmente, no mês de fevereiro pela variação acumulada no ano anterior do *Consumer Price Index* (CPI-U - *CPI for All Urban Consumer* - CUUR0000SA0) apurado e divulgado pelo *U.S. Bureau of Labor Statistics* ("BLS"), dos Estados Unidos da América.

(b) $\text{PREÇO TETO} = \text{Preço Teto}_0 \times \text{TC} / \text{FC}$, onde:

PREÇO TETO é o valor referente ao PREÇO TETO, expresso em Reais por METRO CÚBICO;

Preço Teto₀ é o valor fixo inicial igual a USD 10,00/MMBTU (dez dólares por milhão

de BTU);

TC é a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro MÊS do período de cálculo da aplicação do PREÇO DO GÁS (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso);

FC é o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBTU) para METROS CÚBICOS, igual a 26,8081.

O Preço Teto₀ será corrigido anualmente, no mês de fevereiro pela variação acumulada no ano anterior do *Consumer Price Index* (CPI-U - *CPI for All Urban Consumer* - CUUR0000SA0) apurado e divulgado pelo *U.S. Bureau of Labor Statistics* ("BLS"), dos Estados Unidos da América.

5.2. O PREÇO DO GÁS não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.2.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

5.3. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.4. O PREÇO DO GÁS (PG) será informado pela VENDEDORA à COMPRADORA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS anterior ao de aplicação do reajuste.

5.5. Na hipótese de o Banco Central, o EIA ou o BLS deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 5.1, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à ARBITRAGEM. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela VENDEDORA.

CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA.

Durante toda a vigência do CONTRATO a partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA compromete-se a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para cada PONTO DE ENTREGA como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para cada PONTO DE ENTREGA até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) e o limite contratual de

cada PONTO DE ENTREGA; e (ii) disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de acordo com as condições de qualidade estabelecidas no item 11.1.

6.2. Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO.

6.2.1. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PFF = 0,3 \times PG \times QF, \text{ onde:}$$

PFF:	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela VENDEDORA;
QF:	é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA em questão de todos os PONTOS DE ENTREGA; e
PG:	é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

6.2.2. A penalidade estabelecida no item 6.2.1 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO por força de FALHA NO FORNECIMENTO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido. As PARTES concordam que nenhum valor será devido pela COMPRADORA à VENDEDORA por despesas ou prejuízos incorridos perante a TAG em situações de FALHA NO FORNECIMENTO.

6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDD - QN_{PPj} - QN_{FMj}, \text{ onde:}$$

QF _j :	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA "j", que será determinada na forma do item 11.7.2 para os casos de FALHA NO FORNECIMENTO relativos à QUALIDADE DO GÁS;
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j", em determinado PONTO DE ENTREGA;
QDD _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA no DIA "j", em tal PONTO DE ENTREGA.
QN _{PPj} :	É a soma das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas em função de PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA para o DIA "j";
QN _{FMj} :	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA "j";

6.3.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD):

- (a) Quando se registrar em determinado PONTO DE ENTREGA, durante todo o DIA, pressões maiores ou iguais à PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO e não houver restrições no fornecimento de GÁS NOTIFICADOS pela VENDEDORA à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:
 - (i) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP); ou
 - (ii) a soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).
- (b) Quando se registrar em determinado PONTO DE ENTREGA, em qualquer momento do DIA, PRESSÕES DE FORNECIMENTO menores que a PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO ou quando houver restrição no fornecimento de GÁS NOTIFICADA pela VENDEDORA à COMPRADORA a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será igual à soma das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR).
- (c) Caso a COMPRADORA opte por receber qualquer QUANTIDADE DE GÁS fora da especificação de QUALIDADE DO GÁS, nos termos da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) será a maior entre:
 - (i) a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) NOTIFICADA pela COMPRADORA na forma prevista na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO; ou
 - (ii) a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR).

6.3.1.1. Para a apuração da QUANTIDADE DIÁRIA DISPONIBILIZADA (QDD) aplica-se o disposto no item 6.3.1(a), nas situações em que houver queda de pressão:

- (a) pelo fato de a COMPRADORA ter sido parte determinante para tal ocorrência;
- (b) para realização de CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO e dos equipamentos de segurança e controle, nos PONTOS DE ENTREGA, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a COMPRADORA tenha sido NOTIFICADA previamente sobre a realização da CALIBRAÇÃO; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do GÁS.

CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

7.1 Compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA.

Aplicar-se-ão para fins dos compromissos de recebimento do GÁS os dispositivos desta cláusula.

7.1.1 ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a COMPRADORA obriga-se a, em cada MÊS, adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar à VENDEDORA, a título de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), conforme item 13.2.1 e seguintes, um custo associado à reserva de capacidade de transporte equivalente à QUANTIDADE DE GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) ou a QUANTIDADE DE GÁS correspondente à reserva de capacidade de transporte mutuamente acordada entre as PARTES para atendimento do compromisso de 2022, conforme estabelecida no item 8.6.

7.1.1.1 Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 7.1.1, a eventual CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNU = \left(\sum_{j=1}^M QDC_j \right) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - \sum_{j=1}^M QDR_j, \text{ onde:}$$

CNU	-	É a QUANTIDADE DE GÁS referente à CAPACIDADE NÃO UTILIZADA no correspondente MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
QDC_j	-	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) vigente no DIA “j” ou, exclusivamente durante 2022, a QUANTIDADE DE GÁS correspondente à reserva de capacidade de transporte mutuamente acordada entre as PARTES, caso esta exista.
M	-	É o número de DIAS do correspondente MÊS.
QN_{PP}	-	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em decorrência de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS;
QN_{FM}	-	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS.
QN_{FF}	-	É a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada decorrente de FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo MÊS.
QDR_j	-	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” no PONTO DE ENTREGA.

j	-	É o j-ésimo DIA do correspondente MÊS.
---	---	--

7.1.1.2 Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de CAPACIDADE NÃO UTILIZADA, na forma do item 7.1.1.1, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA o montante previsto conforme item 13.2.1, correspondente ao ENCARGO DE CAPACIDADE (EC), sem prejuízo do disposto no item 13.1.

7.1.2 RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM).

7.1.2.1 A partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de GÁS por FALHA NO FORNECIMENTO, PARADAS PROGRAMADAS ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA obriga-se (a) a cada MÊS, a adquirir e retirar da VENDEDORA e, mesmo que não retire, pagar à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), uma quantidade de GÁS que, na média diária do correspondente MÊS, seja igual a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

7.1.2.2 QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS – Apuração

Para fins de verificação do cumprimento da obrigação de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA no correspondente MÊS será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR = (0,8 \times QDC \times M) - (QNFF + QNFM + QNPP) - \sum_{j=1}^M QDR_j, \text{ onde:}$$

QNR:	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA(QNR) de GÁS no correspondente MÊS, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;
QDC:	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC);
M:	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
QNFF:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo MÊS;
QNFM:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo MÊS;
QNPP:	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de PARADAS PROGRAMADAS no respectivo MÊS, com base na QUANTIDADE DE GÁS calculada de acordo com o previsto na alínea (c) do item 12.2;
QDR _j :	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA "j" no PONTO DE ENTREGA;
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

7.1.2.3 Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.2.

7.1.2.4 QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR)

Uma vez efetuados os pagamentos a que se refere o item 13.2, as correspondentes QUANTIDADES NÃO RETIRADAS (QNR) somar-se-ão ao saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.1.2.5 Recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR)

A COMPRADORA recuperará, automaticamente, as QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), até o limite do saldo existente, na forma abaixo:

- (a) Durante o prazo de vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR) ocorrerá mensalmente e a QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será igual à QUANTIDADE DE GÁS equivalente que tenha sido retirada acima de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), tendo como limite 120% (cento e vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) em base mensal. Caso em determinado MÊS a COMPRADORA não possa recuperar a integralidade ou parte da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) em função de FALHA NO FORNECIMENTO, PARADA PROGRAMADA ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ela deverá, findo o MÊS em questão, NOTIFICAR a VENDEDORA e informá-la da QUANTIDADE DE GÁS que deixou de recuperar em função de tal(is) fato(s). Nos MESES subsequentes a COMPRADORA poderá compensar contra qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido pela VENDEDORA o valor obtido pela multiplicação da QUANTIDADE DE GÁS não recuperada pelo PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que se dê a compensação.
- (b) Após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO e de eventuais prorrogações, a COMPRADORA poderá recuperar o saldo das QPNR, diariamente, até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente no último ANO, durante um período de até 180 (cento e oitenta) DIAS contados da data de término do CONTRATO. Durante esse período, todas as regras do presente CONTRATO continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao GÁS a ser fornecido em tal período, exceto pelos compromissos de retirada de GÁS da COMPRADORA e as regras aplicáveis a tais compromissos.
- (c) Após o prazo de 180 (cento e oitenta) DIAS previsto acima, na hipótese de haver saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR), a COMPRADORA perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução à COMPRADORA dos valores pagos.

7.1.2.6 A QUANTIDADE RECUPERADA (QR) será deduzida do saldo remanescente de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS (QPNR).

7.2 Penalidade por retirada menor que a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).

7.2.1 Além das hipóteses previstas acima, caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja inferior a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, a COMPRADORA pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR_{Menor(Dia)} = (0,80 \times QDP - QDR) \times 0,10 \times PM; \text{ onde:}$$

$PR_{Menor(Dia)}$	-	Significa o valor da penalidade diária por retirada menor que a programada, caso positiva.
QDP	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
QDR	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), apurada na forma do item 10.3.
PM	-	Significa a PARCELA DA MOLÉCULA vigente no DIA.

7.2.1.1 O pagamento das penalidades a que se refere o item 7.2.1 não gerará qualquer crédito para a COMPRADORA.

7.3 Penalidade por retirada maior que a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).

7.3.1 Caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja superior a 120% (cento e vinte por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA e exceto se não tiver sido mutuamente acordado entre as PARTES, a COMPRADORA pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula: $PR_{Maior(Dia)} = QDR - 1,2 \times QDP \times 0,10 \times PM$; onde:

$PR_{Maior(Dia)}$	Significa o valor da penalidade diária por retirada maior que a programada, caso positiva.
QDR	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR)
QDP	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
PM	Significa a PARCELA DA MOLÉCULA vigente no DIA.

7.4 As penalidades estabelecidas nos itens 7.2 e 7.3 são as únicas indenizações aplicáveis em caso de retirada a menor ou a maior neste CONTRATO. Nenhuma outra

indenização será devida pela COMPRADORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela VENDEDORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

8.1. A COMPRADORA enviará mensalmente à VENDEDORA, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) para o MÊS em referência e para os 2 (dois) MESES subsequentes, por PONTO DE ENTREGA.

8.1.1. Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 8.1 será enviada com 10 (dez) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO.

8.1.2. A NOTIFICAÇÃO referida no item 8.1 explicitará as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, considerando o seguinte:

- (a) caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) seja diferente de zero para determinado PONTO DE ENTREGA, esta deverá implicar em vazões que respeitem os limites estabelecidos neste CONTRATO;
- (b) que o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) por PONTO DE ENTREGA não poderá ser superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.1.2.1;
- (c) a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS; e
- (d) a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.1.2.1 A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

8.1.3 Até as 17:00h (dezesete horas) do DIA anterior ao DIA do fornecimento, a VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, deverá:

- (a) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2 e observado o disposto no item 8.2; ou
- (b) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO; ou
- (c) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade do SISTEMA DE TRANSPORTE.

8.1.4 Caso as solicitações da COMPRADORA não se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.1.2, observado o disposto no item 8.1.2.1, será considerada como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) a última solicitação da COMPRADORA em que a QDS tenha se enquadrado nos termos do item 8.1.2.

8.1.4.1 Qualquer requisição da COMPRADORA de QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS que superem o limite estabelecido na alínea (b) do item 8.1.2 poderá ser

aceita ou não pela VENDEDORA, a exclusivo critério da VENDEDORA, não devendo tal aceitação ser considerada novação ou alteração de qualquer aspecto do CONTRATO, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO em caso de recusa.

8.1.5 Caso a VENDEDORA não se pronuncie nos prazos dos itens 8.1.3 ou 8.5, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA, na forma do item 8.1.2.

8.1.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA NO FORNECIMENTO, excetuadas as hipóteses previstas neste CONTRATO.

8.2 A QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) estabelecida para determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) unilateralmente pela COMPRADORA mediante envio de NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até as 13:30h (treze horas e trinta minutos) do DIA anterior ao do fornecimento e até as 12:30 (doze horas e trinta minutos) no DIA (intradiária) do fornecimento, desde que (i) tal alteração não seja superior a 20% (vinte por cento) da QDS informada anteriormente nos termos do item 8.1; e (ii) e observe as condições estabelecidas nos itens 8.1.2 e 8.1.3. Qualquer requisição de alteração de QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) fora de tais limites somente ocorrerá caso previamente aceita pela VENDEDORA. A VENDEDORA deverá informar se aceita ou não a nova QDS como QDP fora de tais limites, na forma do item 8.1.3.

8.3 A VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, em cada PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.4 Caso a QDS enviada pela COMPRADORA seja superior à QDC ou caso a COMPRADORA tenha alterado a QDS conforme previsto no item 8.2, a VENDEDORA deverá responder a solicitação até às 16:00 (dezesseis horas) do DIA do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDP até o limite da QDC ou o estabelecimento da QDP conforme a QDS estabelecida nos termos dos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5, conforme o caso.

8.5 Caso a COMPRADORA solicite alteração na QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA até 12:30h (doze horas e trinta minutos) do mesmo DIA (intradiária), observadas as condições estabelecidas no item 8.1.2, a VENDEDORA deverá aceitar a solicitação até as 16:00h (dezesseis horas), conforme item 8.4, ficando estabelecido que a nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) será calculada pela média ponderada pelas 17:00h (dezessete horas) de vigência da programação diária, entre 00:00h (zero horas) e 17:00h (dezessete horas) e 7:00h (sete horas) de vigência da alteração da programação, entre 17:00h (dezessete horas) e 24:00h (vinte e quatro horas) do DIA pelas respectivas QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), independentemente do horário em que a alteração foi aprovada, sendo:

$$QDP_{ponderada} = (QDP_{(D-1)} \times 17 + QDP_{(D)} \times 7) / 24 \text{ horas; onde:}$$

QDP _{ponderada}	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA quando houver alteração no dia do fornecimento.
QDP _(D-1)	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA anterior ao DIA do fornecimento.
QDP _(D)	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no DIA do fornecimento (intradiária).

8.6 Durante toda a vigência do CONTRATO, mas especialmente durante o período compreendido entre a data de INÍCIO DE FORNECIMENTO e 30/06/2021, a VENDEDORA enviará, até o dia 10 do mês-calendário anterior ao MÊS de fornecimento a que se refiram, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES DE GÁS acima da QDC ofertadas para retiradas da COMPRADORA aplicando-se o PREÇO DO GÁS VIGENTE. A NOTIFICAÇÃO explicitará as QUANTIDADES DE GÁS adicionais ofertadas para cada DIA do MÊS de fornecimento (“QUANTIDADES DIÁRIAS OFERTADAS”).

8.6.1 A COMPRADORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA até o dia 15 (quinze) do MÊS calendário informando qual parcela das QUANTIDADES DIÁRIAS OFERTADAS aceita comprar e retirar no MÊS de fornecimento, passando esta QUANTIDADE DE GÁS a ser parte da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA. A parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA definida conforme este item 8.6.1 poderá ser alterada pela VENDEDORA até às 16:00h (dezesesseis horas) do DIA anterior ao do fornecimento a que se refiram desde que tal alteração não ultrapasse os seguintes limites: (i) 80% (oitenta por cento) da parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA que tenha sido programada em função da QUANTIDADE DIÁRIA OFERTADA; e (ii) 120% (cento e vinte por cento) da parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA que tenha sido programada em função da QUANTIDADE DIÁRIA OFERTADA. Qualquer quantidade fora destes limites será acordada entre as PARTES.

CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. Cada PONTO DE ENTREGA e suas localizações estão estabelecidas no ANEXO I – PONTOS DE ENTREGA, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.1.1. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO do respectivo PONTO DE ENTREGA.

9.1.2. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do ponto de transferência de propriedade serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.2. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de qualidade estabelecidos nos termos da CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS.

9.3. As pressões, máximas, mínimas e limite e as vazões máximas e mínimas de cada PONTO DE ENTREGA estão estabelecidas no ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA, o qual é parte integrante e indissociável do presente CONTRATO.

9.4. A COMPRADORA confirma que sua rede ligada ao PONTO DE ENTREGA estará apta, homologada e licenciada para suportar pressões até valor definido para PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

9.4.1. Será de responsabilidade da COMPRADORA qualquer dano direto ou indireto e/ou prejuízo causados em seus respectivos equipamentos e aos equipamentos de terceiros decorrentes da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO até o valor da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.4.2. Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão do PONTO DE ENTREGA, a pressão no PONTO DE ENTREGA poderá ser superior à PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO, pelo prazo necessário à regularização da condição de fornecimento, sendo o limite de pressão, à jusante do PONTO DE ENTREGA, nestas condições, a PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.4.3. A VENDEDORA será responsável, pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e os lucros cessantes, causados aos equipamentos da COMPRADORA ou de seus usuários em decorrência da entrega de GÁS com PRESSÃO DE FORNECIMENTO superior à PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO, desde que comprovado o nexo causal entre os danos causados e a entrega de GÁS com pressão acima da PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO.

9.4.4. A VENDEDORA disponibilizará à COMPRADORA os dados relativos à PRESSÃO DE FORNECIMENTO do GÁS apurados no SISTEMA DE MEDIÇÃO. No caso de indisponibilidade deste sistema, a VENDEDORA se compromete, no prazo máximo de 15 (quinze) DIAS ÚTEIS contados da data em que o sistema esteve indisponível, a enviar um relatório contendo registro das pressões apuradas nos referidos DIAS.

9.5. As temperaturas mínima e máxima do GÁS no PONTO DE ENTREGA serão, respectivamente, de 20°C (vinte graus Celsius) e 40°C (quarenta graus Celsius).

CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO DO GÁS

10.1. Disposições Gerais.

10.1.1. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.1.2. A QUANTIDADE MEDIDA (QM) e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR)

serão expressas com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal.

10.1.3. As PARTES acordam que, para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM) no SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.2. A medição do volume de GÁS fornecido à COMPRADORA será efetuada pela VENDEDORA através do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

10.3. Para determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) pela COMPRADORA em determinado DIA e em determinado PONTO DE ENTREGA, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$QDR = (QM \times fq)$$

$$fq = \frac{PCS_m}{PCR}, \text{ onde:}$$

QDR :	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), em determinado PONTO DE ENTREGA;
QM :	É a QUANTIDADE MEDIDA (QM), no PONTO DE ENTREGA em questão;
fq :	É o Fator de Conversão da QM para QDR, ARREDONDADO até a quarta casa decimal;
PCS_m :	É o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA no PONTO DE ENTREGA em questão, ARREDONDADO até a terceira casa decimal; e
PCR :	É o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

10.4. A QUANTIDADE MEDIDA será calculada DIARIAMENTE aplicando-se os procedimentos estabelecidos na Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013, ou qualquer outra regulação que a substitua. A VENDEDORA, deverá garantir que a operação, manutenção, calibração e ajustes dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO ocorram conforme o Regulamento Técnico de Medição anexo à Resolução ANP/INMETRO nº 1 de 2013, ou qualquer outra regulação que a substitua.

10.4.1. O fator de compressibilidade deverá ser calculado conforme a AGA Report no. 8, sempre em sua versão mais atualizada possível ("*Compressibility Factor of Natural Gas and Related Hydrocarbon Gases*"), ou documento que vier a substituí-lo, e com base nos resultados mais recentes de cromatografia, relacionados ao item 7.1.10 do RTM (Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural a que se refere a Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10 de junho de 2013 ou qualquer outra que venha a substituí-lo).

10.4.2. Os dados relativos à medição do GÁS estabelecidos nesta Cláusula serão disponibilizados por meio eletrônico em tempo real para a COMPRADORA, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a VENDEDORA deverá enviar um relatório contendo as medições do GÁS efetuadas no referido DIA em que o sistema esteve indisponível. Adicionalmente, a COMPRADORA

poderá solicitar à VENDEDORA os dados de medição (*audit trail*) e histórico do computador de vazão do SISTEMA DE MEDIÇÃO da VENDEDORA, mensalmente, para consolidação das medições mensais.

10.4.3. a VENDEDORA se compromete a enviar à COMPRADORA as medições realizadas pelo transportador do GÁS objeto deste CONTRATO tão logo as receba.

10.5. CALIBRAÇÃO dos SISTEMAS DE MEDIÇÃO.

10.5.1. A CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO será providenciada pela VENDEDORA, utilizando padrões com referências estabelecidas (resultados rastreáveis) pelo órgão institucional competente, devendo a VENDEDORA, com no mínimo 30 (trinta) DIAS ÚTEIS de antecedência, enviar NOTIFICAÇÃO comunicando à COMPRADORA a realização do evento de forma a possibilitar que esta se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.

10.5.2. Caso a COMPRADORA não compareça no dia marcado para a CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO, esta será efetuada sem a sua presença, ressalvado o direito da COMPRADORA de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional, nos termos do item 10.5.8.

10.5.3. O período entre CALIBRAÇÕES deverá ser estabelecido conforme a Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10/06/2013, ou qualquer outra disposição normativa superveniente ou conforme vier a ser acordado entre as PARTES.

10.5.4. Nenhuma correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM) será efetuada caso a CALIBRAÇÃO indique que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

10.5.5. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE MEDIDA (QM) com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado a seguinte sequência:

- (a) A VENDEDORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção da QUANTIDADE MEDIDA (QM), até o 20º (vigésimo) DIA após a realização do evento da CALIBRAÇÃO, sendo facultado à COMPRADORA acompanhar os trabalhos.
- (b) O fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo.
- (c) Uma vez que os cálculos sejam aceitos pela COMPRADORA, será lavrado um termo que as PARTES subscreverão sem ressalvas, no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros aspectos pertinentes.
- (d) Caso a COMPRADORA não esteja de acordo com os referidos cálculos, deverá mediante NOTIFICAÇÃO, em até 5 (cinco) DIAS, comunicar a discordância à VENDEDORA, fundamentando os motivos de seu desacordo. Caso a

COMPRADORA não se pronuncie, considerar-se-á a concordância com os referidos cálculos.

10.5.6. Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será aplicado o fator de correção a que se refere o item 10.5.5, observado o disposto no item 10.5.4.

10.5.7. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, o disposto no item 10.5.6 será aplicado sobre cada QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) (i) nos 60 (sessenta) DIAS anteriores à CALIBRAÇÃO que detectou o erro; ou (ii) na última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a CALIBRAÇÃO anterior do SISTEMA DE MEDIÇÃO; prevalecendo o menor período de tempo.

10.5.8. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO fora da periodicidade estabelecida no item 10.5.3. A VENDEDORA enviará à COMPRADORA, no prazo de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS, uma NOTIFICAÇÃO com uma estimativa dos custos.

- (a) Caso a COMPRADORA confirme, mediante NOTIFICAÇÃO, esta CALIBRAÇÃO, e o fator de correção apurado seja igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.
- (b) Caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

10.5.9. Caso a VENDEDORA descumpra as suas obrigações relativas à CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO (incluindo, mas não se limitando a, não realizar a CALIBRAÇÃO na forma e prazos aqui estabelecidos, não realizar os ajustes uma vez detectado que o SISTEMA DE MEDIÇÃO está descalibrado, não garantir acesso à COMPRADORA), serão considerados os volumes apurados pelo sistema de medição da COMPRADORA.

10.6. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA (QM), sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) relativa a esse DIA será determinada da seguinte forma hierárquica:

- (a) Com base em medições apuradas no sistema de medição da COMPRADORA, imediatamente à jusante do PONTO DE ENTREGA, se houver.
- (b) Com base em medições efetuadas em outros sistemas de medição - no gasoduto que atende à COMPRADORA - por diferenças, caso a partir destas se possa calcular, de forma razoável, a referida quantidade de GÁS medida, considerando os recebimentos e entregas no mesmo gasoduto, bem como a variação do estoque de GÁS no mesmo.

(c) Com base em quaisquer outros métodos acordados entre as PARTES.

10.7. Caso a COMPRADORA seja proprietária ou utilize um sistema de medição redundante destinado a medir o GÁS objeto deste CONTRATO, ela se obriga a aplicar todos os procedimentos, normas e regras aplicáveis à manutenção e operação de tal sistema de medição, prevendo a habilitação do seu sistema de medição para faturamento dos volumes comprados, conforme previsto nos itens 10.5.9 e 10.6(a).

CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverá apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade da VENDEDORA.

11.3. A metodologia para determinação da qualidade do GÁS deverá estar em conformidade com a estabelecida no Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

11.4. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do GÁS, no PONTO DE ENTREGA, será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa, nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA com base na norma ISO 6976:2016, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

11.5. Os dados da composição do GÁS, determinada por cromatografia gasosa, referidos no item 11.4 acima serão disponibilizados através de acesso remoto em tempo real para a COMPRADORA, ficando acordado que, na hipótese de indisponibilidade temporária desse sistema, a VENDEDORA enviará um relatório de ciclo das análises contendo a qualidade do GÁS no referido DIA em que o sistema esteve indisponível.

11.5.1. A VENDEDORA ficará sujeita à penalidade de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em caso de não entregar as análises estabelecidas nos termos 11.5 acima, a partir da 2ª (segunda) ocorrência no MÊS, sem prejuízo da configuração de inadimplemento contratual.

11.6. Especificações e CALIBRAÇÃO do cromatógrafo.

11.6.1. O cromatógrafo deverá ser configurado para análise automática em linha de GÁS NATURAL e possibilidade de realizar calibração automática com GÁS padrão. O GÁS padrão deverá conter todos os componentes que são analisados de forma direta e possuir

certificado de análise que garanta a rastreabilidade a padrões internacionais (i) NIST (*National Institute of Standards and Technology*), (ii) NMI (*Netherlands Measurement Institute*), (iii) INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) ou (iv) redes acreditadas à RBC (Rede Brasileira de Calibração), conforme definido pela VENDEDORA.

11.6.2. A CALIBRAÇÃO do cromatógrafo será feita pela VENDEDORA, em conformidade com o que preconiza a norma ISO 6974-5/2015, ou outra que venha a substituí-la, no PONTO DE ENTREGA ou em seus laboratórios, sempre, em qualquer caso, com NOTIFICAÇÃO prévia de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS à COMPRADORA, de forma a possibilitar que esta, se o desejar, se faça representar, por sua conta e risco, para o acompanhamento dos trabalhos.

11.6.2.1. O intervalo entre duas CALIBRAÇÕES sucessivas do cromatógrafo, a partir da data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, será de, no mínimo, 6 (seis) MESES.

11.6.2.2. O cromatógrafo deverá executar automaticamente uma verificação rotineira. Os resultados dos desvios entre estas verificações automáticas deverão ser registrados em relatórios e arquivados.

11.6.2.3. Durante a CALIBRAÇÃO, a VENDEDORA dará acesso à COMPRADORA ao(s) número(s) do(s) lacre(s) existente(s), disponibilizará o número de série do cromatógrafo calibrado e o(s) novo(s) lacre(s) utilizado(s).

11.6.2.4. Mesmo na ausência de representante da COMPRADORA para acompanhar os trabalhos, estes serão realizados, ressalvado o direito da COMPRADORA de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional, nos termos do item 11.6.2.8.

11.6.2.5. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos em cada CALIBRAÇÃO deverão ser devidamente registrados em relatório cuja forma deverá ser estabelecida pela VENDEDORA.

11.6.2.6. Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.6.2 indiquem que o cromatógrafo não está conforme a norma ISO 6974/2015 a VENDEDORA deverá utilizar os dados da cromatografia da COMPRADORA.

11.6.2.7. Durante a calibração, caso o equipamento esteja conforme a norma ISO 6974/2015, prevalecerá os valores registrados pelo cromatógrafo da VENDEDORA.

11.6.2.8. A COMPRADORA poderá, mediante NOTIFICAÇÃO à VENDEDORA, solicitar CALIBRAÇÃO adicional do cromatógrafo.

(a) Caso as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.6.2 indiquem que o cromatógrafo esteja conforme a norma ISO 6974/2015, os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela COMPRADORA, conforme o caso.

(b) Caso contrário, as CALIBRAÇÕES a que se refere o item 11.6.2 indiquem que o cromatógrafo esteja não conforme a norma ISO 6974/2015 os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela VENDEDORA.

11.6.2.9. Havendo, em qualquer DIA, falha no cromatógrafo ou remoção de algum de seus componentes para manutenção, sem interrupção no fornecimento de GÁS para a COMPRADORA, a qualidade do GÁS relativa a esse DIA será determinada de acordo com o estabelecido nos itens 11.6.3 e 11.6.4.

11.6.3. As PARTES acordam que, na hipótese de indisponibilidade dos equipamentos instalados no PONTO DE ENTREGA para determinação das características do GÁS, utilizar-se-á para este fim, caso existam, os equipamentos instalados no sistema de medição da COMPRADORA.

11.6.4. Caso as instalações da COMPRADORA, não existam, também estejam indisponíveis ou caso não atendam ao estabelecido no item 11.6 e subitens, as PARTES deverão acordar sobre uma forma alternativa de apuração da QUALIDADE DO GÁS.

11.7. Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido nos PONTOS DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 11.1, as seguintes regras serão aplicadas:

- (a) A VENDEDORA deverá enviar NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula, informando-a da desconformidade esperada no GÁS e indicando quais seriam os prováveis itens em desconformidade, os respectivos desvios de qualidade, o momento provável em que o GÁS estará desconforme nos PONTOS DE ENTREGA e o tempo estimado para retorno do GÁS às especificações previstas no item 11.1.
- (b) Após o recebimento da NOTIFICAÇÃO de que trata o item 11.7(a), a COMPRADORA deverá informar à VENDEDORA, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação. Fica expressamente estabelecido que a falta de manifestação da COMPRADORA, no prazo máximo de 3 (três) horas contadas do horário de envio da NOTIFICAÇÃO mencionada, será considerada como opção da COMPRADORA de não receber o GÁS fora de especificação.
- (c) Caso opte por receber o GÁS fora de especificação, a COMPRADORA fará jus a um desconto de 5% (cinco por cento) sobre o PREÇO DO GÁS fornecido fora de especificação.
- (d) Caso a COMPRADORA decida não receber, total ou parcialmente, o GÁS fora de especificação ou não se manifeste no prazo estabelecido no item 11.7(b) e, de fato, não retire o GÁS que informou que não retiraria após o horário que a VENDEDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTO DE ENTREGA, estará caracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO, tomando-se por base a parcela da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) cuja a entrega a COMPRADORA rejeitou e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS.
- (e) Caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS fora de especificação ou não tenha se manifestado no prazo estabelecido no item 11.7(b), mas, a despeito

disto, o GÁS tenha sido retirado no PONTOS DE ENTREGA, após o horário que a VENDEDORA informou que o GÁS desconforme estaria disponibilizado no PONTOS DE ENTREGA, estará descaracterizada a FALHA DE FORNECIMENTO no respectivo PONTOS DE ENTREGA e a COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pela QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), preservando-se, todavia, em favor da COMPRADORA, o direito ao desconto referido na alínea (c) acima.

11.7.1. Caso a VENDEDORA entregue GÁS fora de especificação prevista no item 11.1, sem que tenha enviado NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA da desconformidade existente, estará configurada uma FALHA NO FORNECIMENTO.

11.7.2. Para fins de cálculo da penalidade de FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE relativa à entrega de GÁS desconforme será: (i) em caso de não entrega do GÁS por recusa da COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA; ou (ii) a QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora das especificações de qualidade mesmo após a recusa (tácita ou expressa) da COMPRADORA e/ou QUANTIDADE DE GÁS entregue pela VENDEDORA fora das especificações de qualidade sem prévio aviso da VENDEDORA à COMPRADORA.

11.7.3. O fato de a desconformidade ou qualquer perda do GÁS ter-se dado enquanto o GÁS NATURAL da VENDEDORA esteve sob custódia de seus contratados, notadamente o transportador, não a exime ou isenta de seu compromisso de entregar GÁS de acordo com as especificações de qualidade, quantidades e condições de entrega previstas neste CONTRATO, mesmo que tal desconformidade ou perda decorra de ato imputável a outro supridor da COMPRADORA, com o qual a VENDEDORA compartilhe determinado PONTO DE ENTREGA, bem como a qualquer outro carregador no sistema de transporte, configurando-se, em qualquer caso, FALHA DE FORNECIMENTO da VENDEDORA.

CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS

12.1. As PARADAS PROGRAMADAS correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento (PARADAS PROGRAMADAS da VENDEDORA) ou no recebimento de GÁS (PARADAS PROGRAMADAS da COMPRADORA), para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendado, dos equipamentos referidos no item 12.1.1 abaixo, nas quais ocorrerá redução total ou parcial na entrega ou recebimento do GÁS pela VENDEDORA ou pela COMPRADORA, conforme o caso. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA ou recebida pela COMPRADORA durante uma PARADA PROGRAMADA será abatida dos compromissos de entrega da VENDEDORA e dos compromissos de recebimento da COMPRADORA.

12.1.1. Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão (i) como equipamentos comprovadamente vinculados ao fornecimento de GÁS: as unidades, os sistemas, e os equipamentos auxiliares de produção, processamento, tratamento, coleta, escoamento e entrega do GÁS (seja de propriedade da VENDEDORA, seus contratados ou terceiros); e (ii) como equipamentos vinculados ao recebimento de GÁS: os que constituem o sistema de distribuição e de transporte, desde que diretamente relacionados ao suprimento do GÁS abarcado pelo presente CONTRATO.

12.2. As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A duração das PARADAS PROGRAMADAS de cada PARTE estará limitada ao total de 360 (trezentos e sessenta) horas por ANO. Excepcionalmente em 2022 o total de horas não ultrapassará 240 (duzentas e quarenta) horas, sendo certo que, adicionalmente, a VENDEDORA ainda poderá realizar o total de 480 (quatrocentos e oitenta) horas de PARADA PROGRAMADA, no período compreendido entre 1º de novembro de 2022 e 28 de fevereiro de 2023.
- (b) A PARTE que desejar efetuar uma PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, com pelo menos 60 (sessenta) DIAS de antecedência, informando a data de início da PARADA PROGRAMADA, o volume a ser reduzido e a duração prevista.
- (c) A QUANTIDADE DE GÁS não entregue ou não recebida, em determinado DIA na PONTO DE ENTREGA, em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QPP_j = QDC_j - QDR_j, \text{ onde:}$$

QPP _j :	é a QUANTIDADE GÁS não entregue em função da ocorrência de uma PARADA PROGRAMADA no DIA "j";
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA "j" para toda a PONTO DE ENTREGA; e
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) para o DIA "j" para toda a PONTO DE ENTREGA;

- (d) Na hipótese de PARADA PROGRAMADA que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS NATURAL a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO, a VENDEDORA se compromete a não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes.
- (e) As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS e minimizar o impacto das PARADAS PROGRAMADAS no mercado da COMPRADORA, assim como no sistema de produção de GÁS da VENDEDORA.

12.2.1. A data de início da PARADA PROGRAMADA poderá ser postergada, a exclusivo critério da PARTE que a tenha solicitado, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 2 (dois) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA NOTIFICADA nos termos do item 12.2(a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente NOTIFICADA prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO.

CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO

13.1. Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = QDRM \times PG \text{ onde:}$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDRM	É a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) em cada DIA do MÊS em questão apurada em cada PONTO DE ENTREGA, deduzida a QUANTIDADE DE GÁS recebida fora da especificação pela COMPRADORA na hipótese prevista no item 11.7(c) ou (e);
PG	é o PREÇO DO GÁS (PG) no último DIA do MÊS, incluindo qualquer desconto na forma dos itens 11.7(c) ou (e).

13.2. Faturamentos pelo não atendimento aos compromissos de retirada do GÁS da COMPRADORA.

13.2.1 ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

13.2.1.1 O valor do ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) devido pela COMPRADORA à VENDEDORA, exclusivamente em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do GÁS disponibilizada à COMPRADORA, caso seja verificada CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.1.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = CNU \times PT ; \text{ onde:}$$

FAT_{EC}	-	É o valor a ser pago de ENCARGO DE CAPACIDADE (EC) pela COMPRADORA à VENDEDORA.
CNU	-	É a CAPACIDADE NÃO UTILIZADA (CNU) no MÊS, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
PT	-	É a PARCELA DE TRANSPORTE, expressa em R\$/m³, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, definida conforme item 5.1.1, acrescida dos tributos e encargos aplicáveis.

13.2.1.2 A COMPRADORA não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à VENDEDORA do ENCARGO DE CAPACIDADE (EC).

13.2.2 RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM).

13.2.2.1 O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM), caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.1.2.2, será o produto da

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela PARCELA DE MOLÉCULA vigente no último DIA do MÊS em questão, conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = QNR_{RMM} \times PM; \text{ onde:}$$

FAT_{RMM}	É o valor a ser pago de RETIRADA MÍNIMA MENSAL (RMM) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de RETIRADA MÍNIMA MENSAL estabelecido no item 7.1.2.2.
QNR_{RMM}	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) no último DIA do MÊS, incluindo qualquer desconto na forma dos itens 11.7(c) ou (e);

13.3 Para fins dos itens 13.1 e 13.2.1 e 13.2.2, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.4 Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

13.4.1 A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.5 Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

13.6 DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

13.7 Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.7.1 Se durante o prazo de vigência do CONTRATO ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que

possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.7.2 A revisão prevista no item 13.7.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.7.3 O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.7.4 Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.5 e 13.6.

13.7.5 As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.8 ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

13.9 Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.9.1 Com exceção dos valores devidos pela COMPRADORA à VENDEDORA a título de ENCARGO DE CAPACIDADE, os quais poderão somente ser objeto de controvérsia

nos termos do GTA vigente, havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;
- (b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.9.2 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.9.1(b) e (c).

CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1 Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.9 deste CONTRATO.
- (b) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.
- (c) Falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.
- (d) Nos casos de homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, falha em prestar caução suficiente para garantir o cumprimento de obrigações contratuais que representem o valor das verbas rescisórias estabelecidas no item 14.4.

- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (f) FALHA NO FORNECIMENTO por mais de 30 (trinta) DIAS, corridos ou intercalados, em determinado ANO que implique a entrega, na média do ANO, de QUANTIDADES DE GÁS inferiores a 80% (oitenta por cento) da QDP, independentemente de a VENDEDORA ter pago as multas e indenizações previstas para tal hipótese.

14.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (d), (e), (f) ou (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.2.1 O direito de pedir a resolução deste CONTRATO a que se refere o presente item 14.2 poderá ser exercido até o prazo máximo de 12 (doze) meses contados da caracterização do EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

14.3 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados na alínea (a) ou (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 60 (sessenta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1 Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 60 (sessenta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4 Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$$V_{Ind} = QDC \times DF \times PG, \text{ onde:}$$

V_{Ind} :	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$;
QDC :	É a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO;
DF :	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do prazo de vigência do CONTRATO; e
PG :	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução do CONTRATO.

14.4.1 Sem prejuízo dos itens 14.6 e 14.7 abaixo, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 14.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE

inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.4.2 A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.4 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.5 Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que tenha sido reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO. Nesta hipótese nenhuma indenização será devida de uma PARTE à outra em função do término do CONTRATO.

14.6 A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução.

14.7 Caso o presente CONTRATO seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação à QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR):

- (a) Caso a VENDEDORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela COMPRADORA, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta Cláusula, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, no prazo previsto no item 14.4.2, o montante correspondente ao eventual saldo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) multiplicado pelo PREÇO DO GÁS (PG), vigente na data da resolução do CONTRATO.
- (b) Caso a COMPRADORA seja a PARTE inadimplente que tenha dado causa à resolução do CONTRATO pela VENDEDORA, o montante correspondente ao eventual resíduo de QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR), calculado conforme alínea (a) acima, será reduzido do valor da indenização a ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA, nos termos do item 14.4. Caso o valor da QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA (QPNR) seja superior à indenização a ser paga pela COMPRADORA à VENDEDORA, a VENDEDORA deverá pagar tal diferença à COMPRADORA.

CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;

- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2 Abrangência.

15.2.1 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES.
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público.
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção e escoamento do necessário para atendimento deste CONTRATO.
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.
- (h) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de transporte da TAG necessário para a entrega do GÁS.

15.3 Eventos excluídos.

Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- (e) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO.
- (f) Depleção dos reservatórios dos campos nos quais o GÁS objeto deste CONTRATO é produzido.

15.4 Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.

- (e) Permitir às outras PARTES, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4(a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4(a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5 Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6 Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO.

15.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.8 Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força

do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

16.1 O CONTRATO será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

16.2 MEDIAÇÃO.

- (a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei nº 13.140/15.
- (b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO.
- (c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil.

16.3 PERITAGEM.

- (a) Ao final da MEDIAÇÃO, caso seja identificado que o mérito da controvérsia versa sobre uma questão eminentemente técnica (e.g., medição, condições de pressão, aferição de equipamentos, etc.) ou que para resolução do mérito da controvérsia se faz necessário a elucidação de uma questão técnica, as PARTES darão início, no prazo de 10 (dez) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, a um procedimento de PERITAGEM, na forma prevista nos itens abaixo. Caso não haja acordo entre as PARTES no sentido de se a resolução de certa controvérsia envolve questão técnica a ser apreciada por meio da PERITAGEM, cada uma das PARTES consignará à outra, por escrito, os motivos pelos quais entende ser cabível ou não o procedimento de PERITAGEM. Após isto, qualquer uma das PARTES poderá submeter a controvérsia (como um todo e não apenas naquilo que concerne o cabimento ou não da PERITAGEM) à ARBITRAGEM. Caso no curso da ARBITRAGEM seja deferida produção de prova pericial que verse sobre questão que poderia ter sido submetida previamente à PERITAGEM, a PARTE que consignou sua posição pela inaplicabilidade da PERITAGEM sobre a matéria controversa deverá arcar com todos os custos da perícia na ARBITRAGEM. Além disso, o TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, deverá considerar tal comportamento da PARTE como protelatório e levar tal fato em consideração na sua decisão final.

- (b) Entendendo-se que a PERITAGEM é aplicável à controvérsia, as PARTES deverão, no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do término da MEDIAÇÃO, eleger o PERITO responsável pelo exame da matéria controvertida, os termos do instrumento de nomeação do PERITO no qual deverá ser consignada a matéria controversa e os quesitos a serem respondidos pelo PERITO e o valor máximo que se pagará como honorários do PERITO.
- (c) Se dentro do prazo definido no subitem precedente as PARTES não chegarem a um consenso sobre o PERITO a ser designado, os termos do instrumento de contratação, os honorários a serem pagos ou o PERITO escolhido pelas PARTES não aceitar o encargo, ter-se-á como findo o procedimento de PERITAGEM e qualquer uma das PARTES poderá dar início ao procedimento de ARBITRAGEM, tendo por objeto a controvérsia como um todo.

16.3.1 Nomeado o PERITO e firmado o termo de sua contratação, proceder-se-á com a elaboração do laudo, devendo ser observado o seguinte. O PERITO:

- (a) apurará com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão somente nos fatos e dados apresentados pelas PARTES ou documentos técnicos públicos;
- (b) decidirá a controvérsia no prazo e limites determinados pelas PARTES;
- (c) manterá e diligenciará pela confidencialidade;
- (d) notificará previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro;
- (e) determinará um prazo para envio de documentos pelas PARTES e findo tal prazo ignorará todas as informações a ele remetidas, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico.
- (f) poderá requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia.

16.3.2 Cada PARTE terá, em relação ao PERITO e à outra PARTE, as seguintes obrigações e prerrogativas durante o procedimento de PERITAGEM:

- (a) enviar ao PERITO, no prazo por ele fixado, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia;
- (b) dispor para o PERITO, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o PERITO julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho;
- (c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas precedentes;
- (d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao PERITO e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas,

empregados e outras pessoas envolvidas nesse processo, conforme a necessidade individual de cada PARTE;

- (e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de PERITAGEM, entre os quais honorários do PERITO;
- (f) participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE;
- (g) comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao PERITO, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) DIAS de recebimento de tais informações.

16.3.3 Ao término do procedimento de PERITAGEM, que se dará com a entrega do laudo final pelo PERITO, as PARTES deverão no prazo de 10 (dez) DIAS decidir se iniciarão novo procedimento de MEDIAÇÃO, com o mesmo mediador do primeiro procedimento, levando-se em consideração, agora, o laudo apresentado pelo PERITO.

16.3.4 Caso decidam por não proceder com nova MEDIAÇÃO, quaisquer das PARTES poderá dar início à ARBITRAGEM sendo que do Termo de Arbitragem deverá constar que (i) o laudo produzido na PERITAGEM será considerado como prova na ARBITRAGEM e às PARTES será vedado solicitar perícia que verse sobre a matéria tratada na PERITAGEM, ressalvada a possibilidade de realização de nova perícia por determinação do TRIBUNAL ARBITRAL, e neste caso, apresentação de laudos técnicos elaborados por assistentes técnicos das PARTES; e (ii) os custos incorridos por uma PARTE na PERITAGEM deverão ser reembolsados pela PARTE perdedora da ARBITRAGEM, devendo tal reembolso constar da SENTENÇA ARBITRAL. Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a PERITAGEM, incluindo os honorários do PERITO.

16.4 ARBITRAGEM.

16.4.1 A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.4.2 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

16.4.3 Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

- (i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por árbitro único ("ÁRBITRO ÚNICO"). A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por

consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- (a) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
 - (b) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
 - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
- (a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("PRIMEIRO ÁRBITRO").
 - (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("SEGUNDO ÁRBITRO").
 - (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um TERCEIRO ÁRBITRO, que presidirá os trabalhos.
 - (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

16.4.4 Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.4.5 No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.4.6 A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.4.7 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.5 Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de Salvador, Estado da Bahia; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1 O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da(s) outra(s) PARTE(S), observado o disposto no item 17.2 abaixo. Cada PARTE poderá transferir, sem o consentimento da outra PARTE, o CONTRATO ou os direitos relativos ao CONTRATO à sua controladora, às controladas, subsidiárias, coligadas ou afiliadas da sua controladora. Neste caso, a PARTE cedente será mantida como responsável solidária de todos os deveres e responsabilidades estabelecidos neste CONTRATO.

17.3 No caso de cessão, pela VENDEDORA, dos recebíveis resultantes deste CONTRATO, como garantia para fins do financiamento de suas atividades, incluindo, mas não se limitando ao penhor ou alienação fiduciária, o consentimento da

COMPRADORA para a referida cessão não poderá ser negado de forma injustificada, caso a cessão seja realizada para instituições financeiras nacionais e/ou internacionais de primeira linha, sem prejuízo da COMPRADORA opor a eventual cessionários todos os direitos a ela garantidos no âmbito deste CONTRATO.

CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) VENDEDORA

Rua Cinco de Julho, 89 – Copacabana – Rio de Janeiro – RJ
CEP 22.051-030
A/C: Luna Maria Teixeira Viana
Fone: (21) 3079-7183 / (21) 98135-8323

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA
CEP 41.810-012
A/C: Gerência de Mercado e Pós-Venda
Fone: (71) 3206-6198

18.2 Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) VENDEDORA

Rua Cinco de Julho, 89
CEP: 22051-030, Copacabana, Rio de Janeiro-RJ
Fone: (21) 2121-2121
Correios eletrônicos (e-mails): luna.viana@origemenergia.com;
lfc@origemenergia.com; nb@origemenergia.com

(b) COMPRADORA

Av. Prof. Magalhães Neto, 1.838 – Pituba – Salvador – BA
CEP 41.810-012
Fone: (71) 3206-6198

Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000
Correios eletrônicos (e-mails): mercado_gas@bahiagas.com.br;
programação_gas@bahiagas.com.br

18.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.5 Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8:00 (oito horas) até as 18:00 (dezoito horas).

CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1 As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente CONTRATO, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2 As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.

19.4 Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente CONTRATO.
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO

20.1 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES

21.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13 (“LEIS ANTICORRUPÇÃO”). Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.2.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.2.2 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.2.3 Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.2.4 Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 21.2.2 e 21.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES.

21.2.5 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.3 Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) ANOS após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.4 Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizadora e suas AFILIADAS.

21.5 Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Nulidade das cláusulas contratuais.

22.1.1 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2 Na hipótese do item 22.1.1, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

22.2 Modificação das cláusulas contratuais.

Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

22.3 Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.
- (d) A VENDEDORA obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desse CONTRATO, durante todo o seu prazo.

22.4 Cuidado com o meio ambiente

As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos

ambientais e controle de emissões atmosféricas;

- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do GÁS NATURAL; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

22.5 Completude do CONTRATO.

Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

22.6 Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término do presente CONTRATO (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que o item 7.1.2.5, a CLÁUSULA DEZESSEIS – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO e a CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE deverão sobreviver ao término do CONTRATO, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

22.7 Valor estimado do CONTRATO.

As PARTES concordam que o valor total estimado deste CONTRATO é de R\$ 3.882.820.512 (três bilhões e oitocentos e oitenta e dois milhões e oitocentos e vinte mil e quinhentos e doze reais).

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES

23.1 As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral do CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento. Para os fins do Artigo 10, Parágrafo Segundo, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, as PARTES, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente CONTRATO, comprovada por meio de certificação digital credenciado pela ICP-Brasil, válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste CONTRATO. Assim, as PARTES reconhecem que este CONTRATO e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste CONTRATO possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do CONTRATO.

Salvador, 14 de dezembro de 2021.

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.

Luiz Felipe Coutinho
Diretor

Nathan Allan Biddle
Diretor

COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza
Diretor Presidente

Paulo Virgínio Teixeira de Lucena
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I – PONTOS DE ENTREGA

Pontos de Entrega	Zona de Saída	Município	Latitude	Longitude
Itabuna	BA1	Itabuna	-14.821929°	-39.322690°
Veracel	BA1	Eunápolis	-16.131952°	-39.499623°
Eunápolis	BA1	Eunápolis	-16.134100°	-39.499522°
Mucuri	BA1	Mucuri	-18.079109°	-39.859458°
Catu	BA2	Catu	-12.389032°	-38.352239°
Camaçari Residual	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
Camaçari - UTE CHESF	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
Camaçari - Manati	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
FAFEN-BA	BA3	Camaçari	-12.657197°	-38.335146°
Candeias-Manati	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
Candeias-Residual	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
Termobahia	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°
RLAM 14"	BA4	Candeias	-12.670288°	-38.566515°

ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA

PONTOS DE ENTREGA	PRESSÃO MÍNIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm ² g)	PRESSÃO MÁXIMA DE FORNECIMENTO (kgf/cm ² g)	PRESSÃO LIMITE DE FORNECIMENTO (kgf/cm ² g)	VAZÃO MÍNIMA (mil m ³ /dia)	VAZÃO MÁXIMA (mil m ³ /dia)
Itabuna	32,0	37,0	46,0	50	500
Veracel	32,0	37,0	46,0	50	500
Eunápolis	32,0	37,0	46,0	50	500
Mucuri	32,0	37,0	46,0	50	500
Catu	23,0	30,0	36,0	20	200
Camaçari Residual	21,0	30,0	36,0	274	2.700
Camaçari - UTE CHESF	21,0	30,0	36,0	310	3.100
Camaçari - Manati	21,0	30,0	36,0	420	4.200
FAFEN-BA	21,0	35,0	36,0	296	2.960
Candeias-Manati	23,0	30,0	36,0	20	200
Candeias-Residual	23,0	30,0	36,0	40	400
Termobahia	23,0	36,0	38,0	150	1.500
RLAM 14"	23,0	38,0	38,0	240	2.400

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar> - [REDACTED] ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: [REDACTED]

[REDACTED]

Hash do Documento

[REDACTED]

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/12/2021 é(são) :

- ☒ Luiz Raimundo Barreiros Gavazza (Signatário - COMPANHIA DE GAS DA BAHIA BAHAGAS) - [REDACTED] em 21/12/2021 21:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Paulo Virgínio Teixeira De Lucena (Signatário - COMPANHIA DE GAS DA BAHIA BAHAGAS) - [REDACTED] em 21/12/2021 18:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Luiz felipe coutinho martins filho (Signatário - ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.) - [REDACTED] em 21/12/2021 16:01 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Nathan Allan Biddle (Signatário - ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.) - [REDACTED] em 20/12/2021 17:23 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Gustavo Eletherio Hooper Braga (Testemunha - ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.) - [REDACTED] em 20/12/2021 14:42 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificação: Por email: gustavo.hooper@origemenergia.com

Evidências

Client Timestamp Mon Dec 20 2021 14:42:48 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -22.955658 Longitude: -43.1896794 Accuracy: 14.316

IP 177.129.14.230

Assinatura:



Hash Evidências:

[Redacted]

☑ Tatiana Mendes Portugal (Gerência Jurídica) - [Redacted] em 14/12/2021 14:48 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Dec 14 2021 14:48:38 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Location not shared by user.

IP 177.43.138.81

Assinatura:



Hash Evidências:

[Redacted]

☑ Makyo de Araujo Felix (Testemunha - COMPANHIA DE GAS DA BAHIA BAHIA GÁS) -

[Redacted] em 14/12/2021 13:26 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

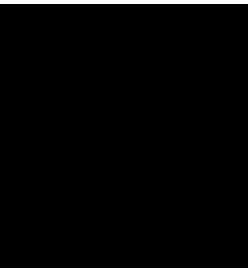
Evidências

GPS -3,739667;-38,454243

Device null

IP 191.201.57.107

Assinatura:



Hash Evidências:

